

Programas de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes: revisão sistemática da literatura

Patrícia de Cássia Carvalho-Campos¹, Elder Gomes Pereira¹, Débora Elias² e Maycoln Leoni Martins Teodoro¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Cognição e Comportamento, Universidade Federal de Minas Gerais

² Consultório particular – Formiga, Minas Gerais

Submissão: 6 dez. 2023.

Aceite: 25 out. 2024.

Editor de seção: Jessica Mayumi Maruyama.

Nota dos autores

P. C. Carvalho-Campos  <https://orcid.org/0000-0002-1042-200X>

E. G. Pereira  <https://orcid.org/0000-0002-6368-5698>

D. Elias  <https://orcid.org/0000-0002-2519-2278>

M. L. M. Teodoro  <https://orcid.org/0000-0002-3021-8567>

Correspondências referentes a este artigo devem ser enviadas a Patrícia de Cássia Carvalho-Campos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, LabCog – Laboratório de Processos Cognitivos, Av. Presidente Antonio Carlos, 6.627, sala 2022a, Pampulha, Belo Horizonte, MG, Brasil. CEP 31270901. E-mail: carvalhopc@yahoo.com.br

Maycoln Leoni Martins Teodoro é bolsista de produtividade do CNPq Nível 1C

Conflito de interesses: Não há.



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição–Não Comercial 4.0 Internacional.

Resumo

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um grave problema social e de saúde pública. Programas de prevenção têm demonstrado eficácia no desenvolvimento de habilidades de autoproteção, bem como na prevenção e denúncia desses casos. Este estudo teve como objetivo descrever e analisar as principais metodologias e estratégias de intervenção utilizadas nesses programas. Conduzida em conformidade com as diretrizes PRISMA e registrada no PROSPERO (ID CRD42021258458), a revisão utilizou a estratégia PICOS para orientar a pesquisa nas bases de dados MEDLINE (PubMed), BVS, SciELO e PsycINFO. Foram incluídos estudos com desenhos experimentais ou observacionais, enquanto revisões sistemáticas foram excluídas. Não houve restrições quanto a data ou idioma. Dos 1.207 artigos inicialmente identificados, 23 atenderam aos critérios de elegibilidade. Observou-se aumento nas publicações a partir de 2014, com pico em 2019. A maioria dos estudos foi realizada nos Estados Unidos (43,5%), destacando diferenças nos conteúdos programáticos entre os países e a necessidade de adaptações culturais. Foram identificadas 26 categorias de objetivos educacionais, com ênfase no desenvolvimento de habilidades autoprotetivas (73,91%), reconhecimento de situações de risco (56,52%) e diferenciação entre toques apropriados e inapropriados (52,17%). De modo geral, os programas aumentaram a probabilidade de denúncia de violência sexual entre os participantes. A ausência de literatura específica no Brasil ressalta a necessidade de pesquisas para avaliar a eficácia e adaptabilidade desses programas ao contexto nacional. Recomenda-se a expansão de intervenções baseadas em evidências como medida de proteção para crianças e adolescentes.

Palavras-chave: violência sexual, infância, adolescência, prevenção primária, objetivos educacionais

PREVENTION PROGRAMS FOR CHILD AND ADOLESCENT SEXUAL VIOLENCE: SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

Abstract

Sexual violence against children and adolescents is a serious social and public health problem. Prevention programs have demonstrated efficacy in developing self-protection skills, as well as in preventing and reporting such cases. This study aimed to describe and analyze the main methodologies and intervention strategies used in these programs. Conducted in accordance with PRISMA guidelines and registered with PROSPERO (ID CRD42021258458), the review used the PICOS strategy to guide the research in the MEDLINE (PubMed), BVS, SciELO, and PsycINFO databases. Studies with experimental or observational designs were included, while systematic reviews were excluded. There were no restrictions regarding date or language. Of the 1,207 articles initially identified, 23 met the eligibility criteria. An increase in publications was observed starting in 2014, peaking in 2019. Most studies were conducted in the United States (43.5%), highlighting differences in program content between countries and the need for cultural adaptations. Twenty-six categories of educational objectives were identified, with an emphasis on developing self-protection skills (73.91%), recognizing risky situations (56.52%), and differentiating between appropriate and inappropriate touches (52.17%). Overall, the programs increased the likelihood of reporting sexual violence among participants. The absence of specific literature in Brazil underscores the need for research to evaluate the efficacy and adaptability of these programs to the national context. The expansion of evidence-based interventions is recommended as a protective measure for children and adolescents.

Keywords: sexual violence, childhood, adolescence, primary prevention, educational objectives

PROGRAMAS DE PREVENCIÓN DE LA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA NIÑOS Y ADOLESCENTES: REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA LITERATURA

Resumen

Violencia sexual contra niños y adolescentes es un grave problema social y de salud pública. Programas de prevención han demostrado ser eficaces en el desarrollo de habilidades de autoprotección, en la preventión y denuncia de estos casos. Este estudio tuvo como objetivo describir y analizar las principales metodologías y estrategias de intervención utilizadas en dichos programas. La revisión, realizada de conformidad con las directrices PRISMA y registrada en PROSPERO (ID CRD42021258458), utilizó la estrategia PICOS para guiar la investigación en las bases de datos MEDLINE (PubMed), BVS, SciELO y PsycINFO. Se incluyeron estudios con diseños experimentales u observacionales, excluyendo revisiones sistemáticas. No hubo

restricciones en cuanto a la fecha o idioma. De los 1.207 artículos identificados, 23 cumplieron con los criterios de elegibilidad. Se observó aumento en las publicaciones a partir de 2014, con pico en 2019. La mayoría de los estudios se realizaron en Estados Unidos (43,5%), lo que destaca diferencias en los contenidos programáticos entre países y la necesidad de adaptaciones culturales. Se identificaron 26 categorías de objetivos educativos, con énfasis en el desarrollo de habilidades de autoprotección (73,91%), reconocimiento de situaciones de riesgo (56,52%) y diferenciación entre toques apropiados e inapropiados (52,17%). En general, los programas aumentaron la probabilidad de denuncia de violencia sexual entre los participantes. La falta de literatura específica en Brasil subraya la necesidad de investigaciones que evalúen la eficacia y adaptabilidad de estos programas al contexto nacional. Se recomienda la expansión de intervenciones basadas en evidencia para proteger a niños y adolescentes.

Palabras clave: violencia sexual, infancia, adolescencia, prevención primaria, objetivos educativos

A violência sexual contra crianças e adolescentes (VSCA) refere-se a qualquer situação em que a vítima é forçada a participar ou presenciar atos sexuais, como relações carnais, atos obscenos, ou exposição do corpo em fotografias ou vídeos, seja eletronicamente ou por outros meios (Brasil, 2017). Esse tipo de violência é um grave problema social e de saúde pública, causando danos significativos não apenas às vítimas, mas também às suas famílias, comunidades e à sociedade como um todo (Fang et al., 2012).

No Brasil, entre 2011 e maio de 2022, foram notificadas 250.302 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes (VSCA), representando uma média anual de 22,7 mil denúncias e 2.019 casos por mês (Ministério do Desenvolvimento Social, 2018; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022). Entretanto, esse fenômeno é amplamente subnotificado (Gaspar & Pereira, 2018). Estima-se que, para cada caso registrado, outros nove não são contabilizados nas estatísticas governamentais (Unicef, 2021). Essa subnotificação pode estar relacionada ao fato de que a maioria dos atos ocorre no ambiente familiar (Ministério da Saúde, 2018), sendo os agressores, em muitos casos, pessoas próximas ou que desempenham o papel de cuidadores da vítima (Mathews et al., 2020).

As estatísticas ainda apontam que, a cada hora, cinco crianças e adolescentes sofrem violência sexual no Brasil (Unicef, 2021). Há uma curva crescente de casos que se inicia na faixa etária de 7 a 9 anos e predomina entre 15 e 17 anos de idade (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022). Entre as crianças, a maioria das vítimas é do sexo feminino (75,29%) e está na faixa etária de 1 a 5 anos (51,2%). Já entre os adolescentes, o perfil predominante é de meninas (92,4%) com idades entre 10 e 14 anos (67,8%) (Ministério da Saúde, 2018). No aspecto emocional, essas crianças e adolescentes tendem a ser mais vulneráveis, apresentando baixa autoestima, insegurança e carência afetiva, fatores que dificultam a discriminação entre gestos de afeto e possíveis situações de violência (Mathews et al., 2020; Hailes et al., 2019).

A experiência da violência sexual pode resultar em consequências psicológicas de curto ou longo prazo, e os efeitos de longo prazo podem se manifestar até dois anos após a exposição à situação de violência (Hailes et al., 2019). Os principais sintomas incluem transtorno de estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, baixa autoestima, sentimento de culpa, conduta autolesiva, prejuízos cognitivos, comportamentos sexualizados, agressividade, condutas sexuais de risco, gravidez na adolescência, exploração sexual e, na vida adulta, sexualidade insatisfatória e disfuncional, com possibilidade de envolvimento na prostituição (Hailes et al., 2019).

No entanto, a intensidade dos sintomas e das psicopatologias pode variar entre as vítimas (Hohendorff & Patias, 2017). Essa variação depende da combinação de fatores subjetivos, como temperamento, resposta ao nível de desenvolvimento neuropsicológico e resiliência, e a existência de fatores de proteção, como dinâmica familiar, rede de suporte social e políticas públicas (Habigzang et al., 2006; Sanderson, 2005).

Programas de prevenção da VSCA podem ser uma alternativa eficaz para enfrentar esse fenômeno social complexo e multifacetado (Pelisoli & Piccoloto, 2010). Tais intervenções têm o potencial de reduzir ou evitar sequelas e consequências tanto a curto quanto a longo prazo para

os indivíduos, além de promover uma abordagem educativa no âmbito social e oferecer soluções de baixo custo para o sistema público (Williams et al., 2013).

As intervenções podem ser direcionadas de duas maneiras: primeiro, para crianças e adolescentes, com o objetivo de ensiná-los a reconhecer, prevenir e evitar o abuso (Walsh et al., 2015); segundo, para adultos, como pais, professores e outros profissionais que trabalham com crianças, visando capacitá-los a desempenhar um papel protetivo. Essa dupla abordagem ajuda a reduzir a probabilidade de violência sexual e a preparar crianças e adolescentes para responder de forma adequada caso enfrentem essas situações (Rudolph et al., 2017).

Nesse sentido, destaca-se que a escola desempenha um papel importante na prevenção e no aumento do conhecimento sobre a VSCA (WHO, 2014; Roca et al., 2020). O ambiente escolar oferece um contexto ideal para abordar informações básicas sobre o problema, implementar ações eficazes de prevenção, desenvolver métodos para a detecção e manejo de casos de abuso sexual e alcançar um grande número de crianças e adolescentes a um custo reduzido (Walsh et al., 2015).

Em nível internacional, ao longo das últimas três décadas, observou-se um investimento significativo em programas de prevenção dentro das escolas, abrangendo desde a educação infantil até o ensino médio (Roca et al., 2020). Embora existam dificuldades associadas ao acompanhamento e à avaliação longitudinal dos efeitos dessas intervenções, muitos países investem nesse modelo devido aos resultados positivos observados ao longo dos anos (Kenny & Wurtele, 2012). No entanto, o principal desafio continua a ser a superação de barreiras culturais e ideológicas, que ainda dificultam a implementação de uma educação sexual acessível, respeitosa e eficaz (Roca et al., 2020).

No contexto brasileiro, a rede de proteção contra a VSCA enfrenta diversos desafios. A carência de recursos humanos e financeiros, aliada à inadequação da infraestrutura física, afeta negativamente a operação e a eficiência dessa rede (Macedo et al., 2019). Além disso, a falta de articulação e integração entre os diferentes serviços representa um obstáculo às ações integradas e intersetoriais (Santos & Costa, 2011; Silva et al., 2018). Outros fatores que agravam a situação são a insuficiência nos serviços prestados (Deslandes & Campos, 2015) e a carência de ações preventivas específicas (Faraj et al., 2016), o que dificulta a implementação de estratégias eficazes de proteção e intervenção.

Para abordar essa questão, é essencial que o Estado desenvolva iniciativas e políticas coordenadas voltadas para a prevenção, proteção e cuidado das vítimas (Brasil, 2021). Nesse sentido, recomendam-se estratégias em três níveis de prevenção: a prevenção primária, que visa evitar a ocorrência de violência por meio da educação e conscientização; a prevenção secundária, que busca identificar e intervir precocemente em casos de risco; e a prevenção terciária, que oferece tratamento e suporte às vítimas após o abuso, com o objetivo de minimizar as consequências e prevenir a reincidência (Letourneau et al., 2014; Higgins & Russell, 2024).

Desse modo, destaca-se que o desenvolvimento e a implementação de programas preventivos baseados em evidências são fundamentais para garantir a segurança e proteção de

crianças e adolescentes contra a violência sexual (Australian Human Rights Commission, 2018; Keeping Children Safe, 2014; Saul & Audage, 2007). Com o intuito de contribuir para o avanço das discussões sobre essa questão, este estudo realizou uma revisão sistemática da literatura com o objetivo de descrever e analisar metodologias e estratégias de intervenção utilizadas nos programas de prevenção da VSCA.

Método

Caracterização do estudo

Esta é uma revisão sistemática da literatura que utilizou para a construção da pergunta de pesquisa a estratégia PICOS, acrônimo para **P**aciente ou **P**roblema; **I**ntervenção; **C**ontrole ou **C**omparação (**O**utcomes ou desfechos); e **S**tudy **D**esign (tipo de estudo) (Stone, 2002; Santos et al., 2007; Galvão & Pereira, 2014). Desse modo, foi elaborada a questão: “*Quais são as características dos programas de prevenção primária da violência sexual contra crianças e adolescentes?*”, em que **P** corresponde à violência sexual contra crianças e adolescentes; **I**, aos programas de prevenção primária; **O**, às características e **S**, aos estudos experimentais randomizados e não randomizados, estudos observacionais transversais e de coorte. Não foram contemplados os desfechos (**C**) na questão-problema, pois o objeto de pesquisa priorizou as características dos programas de prevenção, e não os resultados dessas intervenções.

Para a descrição da revisão, foram utilizadas as diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (Moher et al., 2009), porém não foi realizada submissão prévia de um protocolo. Este estudo está inscrito na base internacional de registro de protocolos de revisões sistemáticas PROSPERO, sob Id CRD42021258458 e título “Content in child sexual abuse prevention and education programs: a systematic review”. A base é mantida pelo Centre for Reviews and Dissemination (CRD) da Universidade de York, com suporte financeiro do National Institute for Health Research (NIHR).

Ferramentas de busca

Foi realizada busca eletrônica sistematizada para identificar artigos publicados até julho de 2021 nas bases de dados MEDLINE (PubMed), BVS, SciELO e PsycINFO. Para cada base de dados, uma estratégia de busca específica foi desenvolvida, utilizando descritores e sinônimos combinados com operadores booleanos, a fim de assegurar uma cobertura abrangente dos estudos adequados ao escopo desta revisão. As estratégias de busca empregadas em cada base de dados estão detalhadas na Tabela 1, incluindo os termos utilizados e a lógica de combinação aplicada para otimizar a identificação de artigos pertinentes ao tema da revisão.

Tabela 1*Estratégia de busca da revisão sistemática*

Base eletrônica	Estratégia de busca	Nº de estudos
MEDLINE (Pubmed) https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/	((((((((CHILD ABUSE, SEXUAL[MeSH Terms]) OR (SEXUAL CHILD ABUSE[Text Word])) OR (MOLESTATION, SEXUAL, CHILD[Text Word])) OR (CHILD MOLESTATION, SEXUAL[Text Word]))) OR (MOLESTATION, SEXUAL CHILD[Text Word])) OR (SEXUAL CHILD MOLESTATION[Text Word])) OR (SEXUAL ABUSE, CHILD[Text Word])) OR (CHILD SEXUAL ABUSE[Text Word])) OR (SEXUAL ABUSE OF CHILD[Text Word])) OR (((((CHILD ABUSE[MeSH Terms]) OR (ABUSE, CHILD[Text Word])) OR (CHILD MISTREATMENT[Text Word])) OR (MISTREATMENT, CHILD[Text Word])) OR (CHILD MALTREATMENT[Text Word])) OR (MALTREATMENT, CHILD[Text Word])) OR (CHILD NEGLECT[Text Word])) OR (NEGLECT, CHILD[Text Word]))) OR (((CHILD SEXUAL ASSAULT[Title/Abstract]))) AND (((((PRIMARY PREVENTION[MeSH Terms]) OR (DISEASE PREVENTION, PRIMARY[Text Word])) OR (DISEASE PREVENTIONS, PRIMARY[Text Word])) OR (PRIMARY DISEASE PREVENTION[Text Word])) OR (PRIMARY DISEASE PREVENTIONS[Text Word])) OR (PREVENTION, PRIMARY[Text Word])) OR (PRIMORDIAL PREVENTION[Text Word])) OR (PREVENTIONS, PRIMORDIAL[Text Word])) OR (PRIMORDIAL PREVENTIONS[Text Word])) OR (PREVENTION, PRIMORDIAL[Text Word])) OR (((((SEX EDUCATION[MeSH Terms]) OR (EDUCATION, SEX[Text Word])) OR (FAMILY PLANNING TRAINING[Text Word])) OR (TRAINING, FAMILY PLANNING[Text Word])) OR (FAMILY PLANNING EDUCATION[Text Word])) OR (EDUCATION, FAMILY PLANNING[Text Word])) OR (FAMILY PLANNING INSTRUCTORS[Text Word])) OR (FAMILY PLANNING INSTRUCTOR[Text Word])) OR (INSTRUCTOR, FAMILY PLANNING[Text Word])) OR (INSTRUCTORS, FAMILY PLANNING[Text Word]))) AND (((((PREVENTION IN EDUCATION[All Fields]) OR (CHILD MALTREATMENT PREVENTION[All Fields])) OR (CHILD SEXUAL ABUSE PREVENTION[All Fields])) OR (PROGRAMS PREVENTION[All Fields])) OR (VICTIMIZATION PREVENTION[All Fields])) OR (SCHOOL-BASED PREVENTION[All Fields])) OR (PUBLIC HEALTH APPROACH[All Fields])) OR (PROGRAMMING[All Fields])) OR (PROGRAM DEVELOPMENT[All Fields])) OR (CHILD SAFETY EDUCATION[All Fields])) OR (SCHOOL HEALTH EDUCATION[All Fields])) OR (SEXUAL EDUCATION[All Fields])) OR (INTERVENTION[All Fields])) OR (INTERVENTION DEVELOPMENT[All Fields])) OR (CHILD SEXUAL ABUSE PREVENTION PROGRAMS[All Fields])) OR (CHILD SAFETY[All Fields]))	239
LILACS/VHL https://lilacs.bvsalud.org/	(tw:(Child Abuse Sexual OR Child Abuse)) AND (tw:(Primary Prevention OR Sex Education)) AND (tw:(Program OR Intervention))	636
PsycINFO https://www.apa.org/pubs/databases/psycinfo	Any Field: Child Abuse Sexual OR Any Field: Child Abuse AND Any Field: Primary Prevention OR Any Field: Sex Education AND Any Field: Program OR Any Field: Intervention	316
SciELO https://scielo.org/	((abuso sexual infantil) AND (prevenção))	16

Fonte: Elaborado pelos autores.

Critérios de inclusão e exclusão

Para este estudo, critérios específicos de inclusão e exclusão foram estabelecidos para garantir a relevância e a qualidade dos estudos selecionados.

Critérios de inclusão

- Tipo de estudo: Estudos experimentais randomizados, não randomizados e observacionais (caso-controle, transversais e de coorte).
- Participantes: Estudos com participantes entre 0 e 12 anos de idade.
- Intervenção: Programas de prevenção primária do abuso sexual infantojuvenil.
- Desfechos: Características do conteúdo programático, incluindo metodologia, instrumentos e estratégias utilizadas nas intervenções.
- Data de publicação: Sem restrição de data.
- Idioma: Sem restrição de idioma.

Critérios de exclusão

- Relevância do tema: Artigos que não tratavam especificamente de programas de prevenção primária do abuso sexual infantojuvenil.
- Desenho do estudo: Estudos não experimentais ou não observacionais.
- Acesso limitado: Artigos sem acesso ao texto completo.
- Tipo de artigo: Estudos de revisão sistemática ou outros tipos de revisão.

Processo de seleção dos artigos

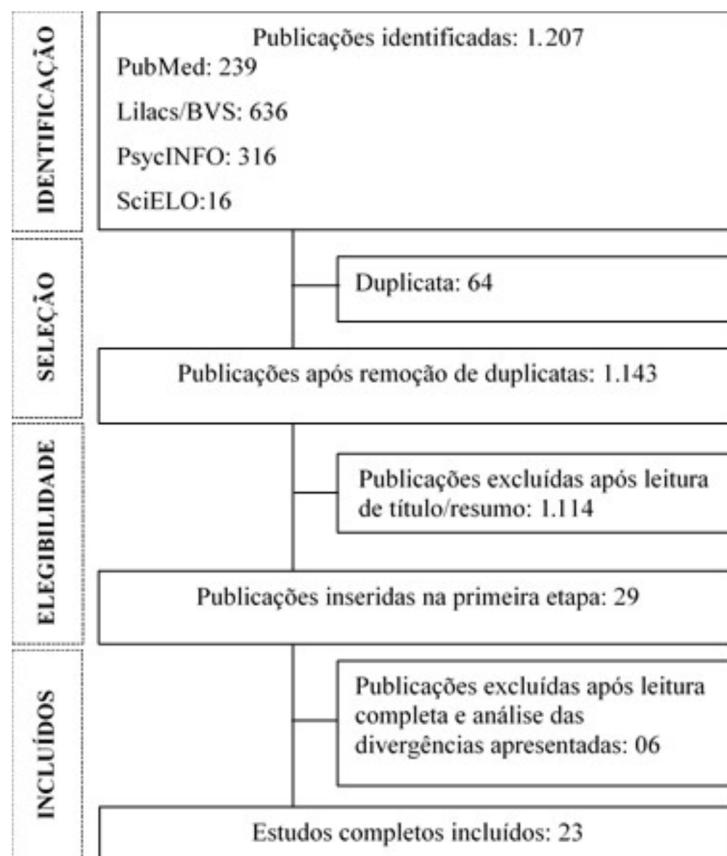
A partir das estratégias de busca apresentadas, foram identificados 1.207 artigos para compor a base de dados. As publicações foram reunidas no software de uso livre Rayyan® (Ouzzani et al., 2016) para triagem, elegibilidade e inclusão dos artigos. Na primeira etapa, 64 artigos foram excluídos por motivo de duplicidade. Posteriormente, dois revisores (D e E), de forma independente, realizaram a leitura de títulos e resumos dos 1.143 artigos selecionados.

Ao final desta segunda etapa, 1.114 artigos foram excluídos, restando 29 artigos para leitura completa. Desses, 17 apresentaram conflitos em relação aos critérios de inclusão. As discordâncias foram resolvidas por meio de uma comissão deliberativa composta pelos dois revisores (D e E) e um terceiro revisor (P). Após a leitura dos textos completos e a discussão dos pontos de divergência, foram excluídos mais seis artigos, totalizando 23 artigos selecionados para análise.

O fluxograma das etapas de busca e seleção dos artigos está apresentado na Figura 1.

Figura 1

Fluxograma da seleção de estudos para a revisão sistemática



Avaliação do risco de viés

O objetivo desta revisão sistemática foi descrever e analisar as características dos programas de prevenção VSCA. Por essa razão, a avaliação do risco de viés não foi realizada.

Extração dos dados

A extração dos dados foi realizada utilizando um formulário padronizado no *software* Excel, abrangendo variáveis para análise abrangente e detalhada dos estudos selecionados. Os dados coletados incluíram:

- Estudo: identificação e título do estudo, permitindo a categorização e a fácil referência aos trabalhos analisados.

- Autores: nomes dos autores principais e colaboradores, facilitando a atribuição adequada e o reconhecimento das contribuições individuais.
- Ano de publicação: ano em que o estudo foi publicado, utilizado para analisar a distribuição temporal das publicações.
- País de publicação: local onde o estudo foi realizado ou publicado, ajudando a identificar a distribuição geográfica das pesquisas.
- Objetivos: declaração dos objetivos e hipóteses do estudo, fornecendo o contexto e o propósito de cada pesquisa.
- Tipo de estudo: classificação do desenho do estudo, permitindo a análise metodológica.
- Participantes: descrição da amostra, incluindo faixa etária e características demográficas, para compreender o perfil dos sujeitos envolvidos.
- Tamanho da amostra (N): número de indivíduos participantes do estudo, para avaliar a robustez dos resultados.
- Média de idade dos participantes: idade média dos participantes no estudo, oferecendo perspectiva sobre a demografia das amostras.
- Protocolo de intervenção: descrição detalhada do programa de prevenção implementado, incluindo a metodologia aplicada.
- Categoria de intervenção: classificação do tipo de intervenção para categorizar os diferentes enfoques das intervenções.
- Conteúdos abordados: temas e materiais utilizados nas intervenções, permitindo a análise dos componentes empregados.
- Instrumentos: ferramentas e métodos utilizados para a coleta e medição dos dados.
- Resultados: principais achados e conclusões do estudo, fornecendo um resumo dos efeitos e da eficácia das intervenções.
- Limitações: lacunas identificadas pelos autores do estudo, importantes para compreender as restrições e potenciais vieses dos trabalhos analisados.

A padronização do formulário auxiliou na coleta de dados, permitindo uma análise sistemática e comparativa dos estudos. Isso facilitou a avaliação e a síntese dos resultados, além de contribuir para a elaboração das conclusões.

Análise dos dados

As variáveis coletadas foram examinadas em termos de frequência e porcentagem, utilizando os softwares Excel e Jamovi. A análise incluiu a distribuição temporal das publicações (ano de publicação), a distribuição geográfica dos estudos (país de origem) e a categorização dos participantes de acordo com a faixa etária e o papel social (crianças, pais/responsáveis, professores/cuidadores). Também foram avaliados o tamanho da amostra (N) e as estratégias de prevenção adotadas nos estudos (protocolos de intervenção).

Os principais cruzamentos realizados foram:

- Ano de publicação x protocolo de intervenção: para identificar mudanças e tendências nas estratégias de prevenção ao longo do tempo.
- País de publicação x objetivos educacionais: para detectar variações geográficas nas abordagens dos programas de prevenção.
- Faixa etária e papel social x estratégia de intervenção: para comparar as abordagens utilizadas em diferentes grupos etários e papéis sociais.
- Ano de publicação x objetivos educacionais: para analisar a evolução dos temas e materiais empregados nas intervenções ao longo dos anos.
- País de publicação x faixa etária x papel social: para compreender como diferentes países direcionam suas intervenções para diversas faixas etárias e papéis sociais.

Essas análises contribuíram para uma visão mais aprofundada das tendências e práticas nos programas de prevenção à VSCA encontrados na literatura.

Resultados

Dos 23 estudos considerados nesta revisão sistemática (Tabela 2), sete foram localizados na base de dados PubMed e 16 na LILACS/BVS. É importante destacar que, mesmo com a inclusão da base de dados brasileira SciELO, não foram identificados artigos que abordassem essa temática no contexto nacional ou que estivessem escritos em língua portuguesa.

Tabela 2

Publicações selecionadas para revisão sistemática

Autores	Estudo	Ano	País
Wolfe et al.	Evaluation of a brief intervention for educating school children in awareness of physical and sexual abuse.	1986	Estados Unidos
Sigurdson et al.	What do children know about preventing sexual assault? How can their awareness be increased?	1987	Estados Unidos
Kleemeier et al.	Child sexual abuse prevention: evaluation of a teacher training model.	1988	Estados Unidos
Hazzard et al..	Child sexual abuse prevention: evaluation and one-year follow-up.	1991	Estados Unidos
Wurtele et al.	Sexual abuse prevention education for young children: A comparison of teachers and parents as instructors	1992	Estados Unidos
Briggs & Hawkins	Follow-up data on the effectiveness of New Zealand's national school-based child protection program.	1994	Nova Zelândia
MacIntyre & Carr	Evaluation of the effectiveness of the stay safe primary prevention programme for child sexual abuse.	1999	Irlanda
Kenny & Wurtele	Children's abilities to recognize a "good" person as a potential perpetrator of childhood sexual abuse.	2010	Estados Unidos
Kenny et al.	Evaluation of a personal safety program with Latino preschoolers.	2012	Estados Unidos
Hurtado et al.	Children's Knowledge of Sexual Abuse Prevention in El Salvador.	2014	El Salvador
Rheingold et al.	Child sexual abuse prevention training for childcare professionals: an independent multi-site randomized controlled trial of Stewards of Children.	2014	Estados Unidos

Tabela 2*Publicações selecionadas para revisão sistemática*

Autores	Estudo	Ano	País
Martin & Silverstone	An Evidence-Based Education Program for Adults about Child Sexual Abuse (“Prevent It!”) That Significantly Improves Attitudes, Knowledge, and Behavior	2016	Canadá
Dale et al.	Empowering and protecting children by enhancing knowledge, skills and well-being: A randomized trial of Learn to BE SAFE with Emmy.	2016	Austrália
Jin et al.	Evaluation of a sexual abuse prevention education program for school-age children in China: a comparison of teachers and parents as instructors.	2017	China
Moon et al.	Sexual Abuse Prevention Mobile Application (SAP_MobAPP) for Primary School Children in Korea.	2017	Coreia do Sul
Tunc et al.	Preventing Child Sexual Abuse: Body Safety Training for Young Children in Turkey.	2018	Turquia
Feldmann et al.	ReSi: Evaluation of a Program for Competency Training and Prevention of Sexual Abuse in Kindergarten	2018	Alemanha
Tutty et al.	The “Who Do You Tell?”™ Child Sexual Abuse Education Program: Eight Years of Monitoring	2019	Canadá
Nickerson et al.	Randomized controlled trial of the Child Protection Unit: Grade and gender as moderators of CSA prevention concepts in elementary students.	2019	Estados Unidos
Gushwa et al.	Advancing Child Sexual Abuse Prevention in Schools: An Exploration of the Effectiveness of the Enough! Online Training Program for K-12 Teachers.	2019	Estados Unidos
Bustamante et al.	“I have the right to feel safe”: Evaluation of a school-based child sexual abuse prevention program in Ecuador	2019	Ecuador
Martin et al.	A sex education program for teachers of preschool children: a quasi-experimental study in Iran.	2020	Irã
Cirik et al.	Educating children through their parents to prevent child sexual abuse in Turkey.	2020	Turquia

Análise temporal e geográfica

As análises identificaram programas de prevenção VSCA que variaram entre os anos de 1986 e 2020. A partir de 2014, houve um aumento expressivo no número de estudos sobre o tema, totalizando 14 publicações. O ano de 2019 destacou-se como o mais produtivo, com 17,4% das pesquisas incluídas (Tutty et al., 2019; Nickerson et al., 2019; Gushwa et al., 2019; Bustamante et al., 2019). Não foram encontrados registros de estudos em 2021.

Geograficamente, os Estados Unidos lideraram a produção científica nessa área, com nove dos 23 estudos analisados, seguidos pelo Canadá, com três (Sigurdson et al., 1987; Tutty et al., 2019; Martin & Silverstone, 2016), e pela Turquia, com dois estudos (Tunc et al., 2018; Cirk et al., 2020). No entanto, a América Latina teve uma participação limitada, representada por um estudo de El Salvador (Hurtado et al., 2014) e outro do Equador (Bustamante et al., 2019). O Brasil não esteve presente entre os países com publicações sobre a temática.

Metodologias e amostras

Os principais delineamentos metodológicos foram analisados em relação aos objetivos dos estudos sobre prevenção da VSCA. Estudos randomizados (Wurtele et al., 1992; Tutty et al., 2019) avaliaram a eficácia de programas de prevenção, comparando grupos de intervenção com grupos de controle. Ensaios controlados randomizados (Nickerson et al., 2019) analisaram o impacto de programas de proteção infantil, explorando variáveis como idade e gênero dos participantes. Estudos quase experimentais (Kenny et al., 2012) focaram a comparação de conhecimentos e habilidades adquiridos entre diferentes grupos, sem o uso de randomização completa. Estudos experimentais (Wolfe et al., 1986) avaliaram os efeitos educacionais e as mudanças de atitudes em relação à VSCA.

As amostras dos estudos analisados variaram significativamente, com o maior estudo envolvendo 6.198 participantes (Tutty et al., 2019) e os menores, 45 participantes (Kleemeier et al., 1988; Moon et al., 2017). No total, os estudos abordaram 13.969 participantes, sendo 12.939 crianças e adolescentes e 1.030 pais, professores e cuidadores.

A maioria das intervenções foi direcionada a crianças e adolescentes em idade escolar, com média de idade de 9,4 anos e faixa etária predominante entre 6 e 12 anos. As intervenções incluíram tanto crianças do ensino infantil, com idades entre 3 e 5 anos (Kenny et al., 2012), quanto adolescentes do ensino fundamental, com até 14 anos (Hurtado et al., 2014). Algumas intervenções tiveram uma amplitude maior, contemplando participantes com idades variando de 4 a 12 anos de idade (Nickerson et al., 2019).

Foram identificados sete estudos destinados a pais, professores e cuidadores. Nessas intervenções, os principais objetivos foram o treinamento de cuidadores para identificar e prevenir situações de violência sexual (Rheingold et al., 2014), a capacitação de educadores para fortalecer as práticas preventivas nas escolas (Gushwa et al., 2019), a educação parental (Wurtele et al., 1992) e a implementação de programas de educação sexual em ambientes escolares (Martin et al., 2020).

Intervenções e inovações

Os programas estruturados foram a abordagem predominante para a prevenção da VSCA, sendo identificados 16 protocolos de intervenção. Entre os mais utilizados estiveram o Body Safety Training Program (BST) (Wurtele et al., 1992; Jin et al., 2017; Tunc et al., 2018; Kenny et al., 2010; Kenny et al., 2012) e o Feeling Yes, Feeling No (Sigurdson et al., 1987; Hazzard et al., 1991). Também foram utilizados materiais não diretivos, como esquetes e discussões focais (Wolfe et al., 1986) e materiais lúdicos (Feldmann et al., 2018). A modalidade de capacitação e formação foi direcionada principalmente à orientação de pais e ao treinamento de professores e cuidadores (Cırık et al., 2020; Kleemeier et al., 1988). O estudo de Moon et al. (2017) destacou-se pela inovação ao utilizar aplicativo móvel como ferramenta para a prevenção da VSCA.

Protocolos de prevenção e objetivos educacionais

Os protocolos de prevenção da VSCA apresentaram uma variedade de objetivos educacionais, voltados para o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos em crianças, seus cuidadores e educadores. Esses objetivos, no geral, visam capacitar esses grupos a reconhecer, prevenir e reagir adequadamente diante de situações de violência sexual. Na Tabela 3, é apresentada a frequência com que tais objetivos foram abordados nos estudos revisados, destacando-se os principais tópicos, que foram agrupados em 26 categorias resultantes de análises colaborativas entre os pesquisadores.

Tabela 3

Frequência dos objetivos educacionais nos programas de prevenção da VSCA

Conteúdos	Frequência	%
Habilidades autoprotetivas da criança	17	73,91
Situações de risco e/ou abuso sexual infantojuvenil	13	56,52
Toques apropriados e toques inapropriados	12	52,17
Corpo e partes íntimas	11	47,83
Rede de apoio e proteção	9	39,13
Autonomia e consciência do corpo	6	26,09
Culpabilização da vítima	6	26,09
Tipos de agressores	5	21,74
Habilidades socioemocionais	5	21,74
Relacionamentos interpessoais protetivos	4	17,39
Prevenção do abuso sexual infantojuvenil	4	17,39
Sinais de abuso sexual infantojuvenil	3	13,04
Tipos de segredos	3	13,04
Desenvolvimento sexual	3	13,04
Habilidades protetivas do adulto de referência	3	13,04
Tipos de segredos e relato de segredos	2	8,70
Comportamentos de proteção em diversos contextos/situações	2	8,70
Perfil da vítima	1	4,35
Formação de professores e educação sexual	1	4,35
Comportamentos sexuais adequados e inadequados	1	4,35
Assédio moral	1	4,35
Educação sexual	1	4,35
Formação de professores e identidade de gênero	1	4,35
Identidade de gênero	1	4,35
Sexo e masturbação	1	4,35
Formação de professores e rede de proteção de crianças	1	4,35
Total geral	117	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Habilidades autoprotetivas

O desenvolvimento de habilidades autoprotetivas foi um dos objetivos educacionais mais abordados nos estudos. A literatura demonstrou que a combinação de instrução prática, assertividade e reconhecimento de contextos perigosos fortaleceu a capacidade de autodefesa em crianças e adolescentes. Nesse sentido, um programa de prevenção da VSCA deve, minimamente, ensinar a identificar e evitar toques inapropriados (Wurtele et al., 1992), reconhecer potenciais abusadores (Kenny & Wurtele, 2010) e reforçar a importância da assertividade em dizer ‘não’ e buscar ajuda diante de situações de risco (Bustamante et al., 2019).

Situações de risco e/ou violência sexual

A conscientização sobre situações de risco e violência sexual foi abordada por meio de métodos interativos e práticos para autoproteção em diferentes fases de uma ameaça. Foram realizadas atividades de resolução de problemas (Hazzard et al., 1991), simulações para a prática de respostas em um ambiente controlado (Tunc et al., 2018) e dramatizações para simular cenários reais e a prática de respostas assertivas (Tutty et al., 2019).

Toques apropriados e inapropriados

A distinção entre toques apropriados e inapropriados relacionou-se à capacidade de crianças e adolescentes reagirem e buscarem ajuda em situações de risco. Na literatura, os programas de prevenção abordaram essa temática diferenciando toques necessários, para fins de higiene e cuidados médicos, de toques abusivos, como carícias ou toques nas partes íntimas sem consentimento (Wurtele et al., 1992). A necessidade de reagir e o direito de recusar qualquer toque desconfortável foram enfatizados como aspectos centrais para a autoproteção (Hurtado et al., 2014). De modo geral, os programas ensinaram como estratégia essencial para lidar com toques inapropriados uma cadeia de comportamentos de autoproteção: dizer ‘não’, sair da situação e relatar a um adulto de confiança (Jin et al., 2017).

Corpo e partes íntimas

O conceito de proteção corporal foi desenvolvido por meio da combinação de conhecimento anatômico (corpo) e compreensão da privacidade (partes íntimas). Nesse contexto, a nomeação correta das partes íntimas foi trabalhada para que o desconforto em situações de violência pudesse ser expresso adequadamente (Kenny & Wurtele, 2010). Além disso, a noção de espaço pessoal foi abordada, com foco no reconhecimento e na reação a violações dos limites pessoais (Dale et al., 2016). Dessa forma, reforçou-se que as partes íntimas são privadas e devem ser protegidas contra toques indesejados (Jin et al., 2017).

Rede de apoio e proteção

A literatura evidenciou a importância da criação e fortalecimento de uma rede de apoio e proteção para crianças e adolescentes contra a violência sexual. Assegurar que essas vítimas

saibam a quem recorrer e preparar adequadamente os adultos de referência para agir e protegê-las é essencial. Nesse sentido, os programas de prevenção ensinaram crianças e adolescentes a identificarem adultos de confiança (Bustamante et al., 2019) e a persistirem no relato até que sejam ouvidos (Hazzard et al., 1991). Além disso, foi realizada a formação de professores para responder adequadamente às revelações de abuso e fortalecer a rede de apoio e proteção em contextos educacionais (Gushwa et al., 2019).

Autonomia e consciência do corpo

Para fortalecer a capacidade de crianças e adolescentes se protegerem e reforçar sua autoestima e segurança, foram abordados temas relacionados à autonomia e consciência corporal. As atividades exploraram o conceito de espaço pessoal e sinais de desconforto, propondo que crianças e adolescentes reconheçam e reajam diante de situações que violem seus limites (Kenny & Wurtele, 2010; Dale et al., 2016). Além disso, foram desenvolvidas habilidades para identificar comportamentos sexuais inadequados, destacando a importância da autonomia sobre o próprio corpo (Moon et al., 2017).

Culpabilização da vítima

A culpabilização da vítima esteve relacionada à desconstrução do estigma e ao fortalecimento de crianças e adolescentes para que se sentissem seguras ao relatar situações de violência sexual. As intervenções abordaram essa temática de diferentes maneiras: reforçando que a culpa recai sobre o agressor, não sobre a vítima (Hazzard et al., 1991); incentivando crianças e adolescentes a denunciarem a violência sexual sem temerem ser responsabilizados (Citak Tunc et al., 2018); e trabalhando questões de autoestima e autoconfiança, além do reconhecimento de figuras de apoio e da construção de uma rede de segurança no ambiente escolar e familiar (Bustamante et al., 2019).

Habilidades socioemocionais

As habilidades socioemocionais contribuíram para o manejo de emoções e o relato de situações de violência sexual entre crianças e adolescentes. A literatura mostrou uma evolução na forma como esse tema foi abordado ao longo do tempo. Inicialmente, as intervenções focavam estratégias para lidar com a pressão emocional associada à manutenção de segredos (Wurtele et al., 1992). Mais recentemente, os estudos passaram a enfatizar a identificação e articulação de sentimentos específicos, o reconhecimento e a expressão assertiva das emoções (Dale et al., 2016), além da regulação emocional no relato de situações de violência e no fortalecimento da capacidade de autoproteção (Feldmann et al., 2018).

Outros objetivos

Embora menos frequentes, a literatura apontou outros objetivos educacionais importantes para a prevenção da VSCA. Entre eles estão o reconhecimento e relato de sinais de abuso

sexual, tipos de segredos e relato de segredos e o desenvolvimento sexual. Esses tópicos ajudam a identificar e responder a situações de violência sexual. Além disso, as habilidades protetivas dos adultos de referência são fundamentais para que pais, professores e cuidadores saibam como proteger crianças e adolescentes da violência sexual.

Outros temas, como comportamentos de proteção em diversos contextos, compreensão do perfil da vítima e formação de professores em áreas como educação sexual, identidade de gênero e rede de proteção reforçam a necessidade de preparar profissionais da área da infância e juventude para lidar com situações de risco e violência sexual. Questões relacionadas a comportamentos sexuais adequados e inadequados, assédio moral, sexo e masturbação também são necessárias para uma abordagem multifacetada da temática.

Especificidades

Estudo iraniano avaliou os efeitos de um programa de educação sexual para professores de pré-escola (Martin et al., 2020). O programa abordou temas como educação sexual, estágios de desenvolvimento sexual, identidade sexual, privacidade e autoproteção contra violência sexual, além de incluir tópicos como masturbação infantil e informações sobre o ato sexual. Em relação aos objetivos educacionais, esse estudo se destacou por ser o único a tratar diretamente de questões relacionadas à prática sexual. Além disso, evidenciou que cada contexto possui suas especificidades, o que leva à necessidade de intervenções adaptadas social e culturalmente para garantir sua eficácia.

Instrumentos e eficácia

Após a leitura e análise dos estudos, os instrumentos utilizados para a execução das pesquisas foram organizados em quatro categorias principais: questionários demográficos, questionários de avaliação do conhecimento, escalas e medidas específicas, e testes situacionais e hipotéticos. Dentre esses, os questionários demográficos foram os mais utilizados, coletando dados essenciais para contextualizar os resultados das intervenções. Os questionários de avaliação do conhecimento mensuraram o nível de entendimento dos participantes sobre o tema, permitindo verificar a eficácia das intervenções. Além disso, foram utilizadas escalas e medidas específicas para identificar mudanças comportamentais e atitudinais resultantes das intervenções, assim como testes situacionais e hipotéticos, que simularam situações de risco para avaliar os conhecimentos adquiridos pelos participantes.

Em relação à eficácia, os programas demonstraram aumento significativo no conhecimento e habilidades autoprotetivas, com destaque para a capacidade de reconhecer e recusar toques inadequados (Wurtele et al., 1992; Kenny et al., 2012; Hurtado et al., 2014). As intervenções também promoveram mudanças atitudinais e comportamentais (Martin & Silverstone, 2016; Cırık et al., 2020), além de demonstrarem uma retenção do conhecimento adquirido (Gushwa et al., 2019; Bustamante et al., 2019). Diferenças demográficas, como idade, gênero e status socioeconômico, influenciaram os resultados, sendo que crianças mais jovens e de classes

socioeconômicas mais altas obtiveram maiores benefícios com as intervenções (Briggs & Hawkins, 1994; MacIntyre & Carr, 1999). Em contexto escolar, os estudos apontaram melhorias nas relações entre alunos e professores e contribuíram para a construção de um ambiente mais seguro (Nickerson et al., 2019).

Limitações dos estudos

Os estudos analisados indicaram, em suas conclusões, limitações em relação às pesquisas realizadas. Dessa forma, os apontamentos foram organizados em cinco categorias: amostra, generalização, metodologia, conteúdo e implementação. Problemas relacionados ao tamanho, à seleção, ao número de participantes, à ausência de grupos de controle e à falta de aleatoriedade na seleção dos participantes podem ter comprometido a robustez e a validade dos resultados (Moon et al., 2017; Cırık et al., 2020).

Populações específicas (Hurtado et al., 2014; Gushwa et al., 2019), limitação geográfica e a homogeneidade demográfica das amostras (Jin et al., 2017) restringiram a generalização dos achados para uma população mais ampla. Metodologicamente, a ausência de acompanhamento longitudinal e a dependência de autorrelatos dificultaram a avaliação da retenção dos conhecimentos e das mudanças comportamentais a longo prazo (Martin & Silverstone, 2016; Nickerson et al., 2019). Quanto ao conteúdo e à implementação, a falta de detalhamento nas intervenções, intervenções culturalmente adaptadas e a dificuldade na aplicação em larga escala foram identificados como desafios para a replicabilidade e eficácia das intervenções (Wurtele et al., 1992; Dale et al., 2016).

Discussão

Os estudos incluídos nesta revisão sistemática identificaram as principais tendências e práticas nos programas de prevenção da VSCA ao longo das últimas quatro décadas, com publicações que variaram de 1986 a 2020. Os resultados permitiram descrever e analisar as metodologias e estratégias de intervenção utilizadas nesses programas, compreendendo como essas abordagens evoluíram e quais se mostraram mais eficazes na proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual.

Além disso, os resultados mostraram uma correlação significativa com as teorias que fundamentam a área, evidenciando tanto os avanços quanto os desafios a serem superados para garantir a eficácia das intervenções. Dessa forma, a discussão foi organizada em torno de cinco categorias de análise: produção científica e representatividade global; eficácia e impacto dos programas de prevenção; inovação e objetivos educacionais; metodologia e limitações dos estudos, e lacunas e necessidades futuras. Cada categoria buscou discutir aspectos essenciais da prevenção da VSCA, apontando as principais tendências e desafios identificados nos estudos revisados.

O aumento expressivo no número de publicações sobre a prevenção da VSCA, especialmente a partir de 2014, reflete um maior investimento internacional na área (Roca et al., 2020;

Kenny & Wurtele, 2012). Entretanto, a ausência de estudos brasileiros e a limitada participação da América Latina revelam uma limitação e desigualdade na representatividade global (Roca et al., 2020). A predominância de pesquisas conduzidas nos Estados Unidos indica que o progresso na produção científica não está sendo distribuído equitativamente entre as diferentes regiões do mundo, em especial naquelas em desenvolvimento. Assim, é fundamental avançar na elaboração de estudos que sejam adequados e culturalmente adaptados a diferentes contextos sociais.

Os programas de prevenção demonstraram estar associados à redução das sequelas da VSCA e ao aumento do conhecimento e das habilidades autoprotetivas entre crianças e adolescentes (Pelisoli & Piccoloto, 2010; Williams et al., 2013). As intervenções implementadas em ambientes escolares não apenas contribuíram para a criação de ambientes mais seguros, mas também para o fortalecimento das relações entre alunos e professores (Walsh et al., 2015; WHO, 2014). No entanto, a falta de estudos que realizem um acompanhamento de longo prazo limitou a compreensão sobre a durabilidade dos efeitos dessas intervenções (Kenny & Wurtele, 2012). Assim, realizar o acompanhamento longitudinal e contínuo das intervenções emerge como o principal desafio metodológico para as pesquisas presentes e futuras.

A inovação nas metodologias de prevenção, incluindo o uso de tecnologias móveis, se apresenta como uma abordagem promissora para aumentar a eficácia dos programas (Australian Human Rights Commission, 2018). No entanto, é importante que essas inovações sejam cuidadosamente ajustadas a diferentes contextos culturais, considerando fatores como alfabetização digital, disponibilidade tecnológica e aceitação cultural. Além disso, a segurança e a privacidade dos usuários, especialmente em situações de risco, devem ser criteriosamente tratadas neste tipo de intervenção.

Muitos programas ainda mantêm o foco em objetivos educacionais tradicionais, como o desenvolvimento de habilidades autoprotetivas, deixando de abordar temas contemporâneos, como identidade de gênero e desenvolvimento sexual (Russell et al., 2024). Para maximizar o impacto dos programas de prevenção, é fundamental expandir os objetivos educacionais e integrar abordagens inovadoras que atendam às necessidades específicas de diferentes populações. Nesse contexto, a interseccionalidade deve ser levada em consideração, pois fatores como gênero, raça e classe social criam experiências distintas de vulnerabilidade. Assim, as intervenções devem ser desenvolvidas e implementadas de maneira a abordar essas desigualdades, capacitando profissionais para lidar com as complexidades sociais e garantindo que os programas de prevenção sejam tanto equitativos quanto eficazes.

Os desafios metodológicos observados nos estudos, tais como amostras pequenas, falta de grupos de controle e ausência de aleatoriedade, conforme sugere a literatura, comprometeram a generalização dos resultados (Macedo et al., 2019; Santos & Costa, 2011; Silva et al., 2018). Além disso, a falta de detalhamento metodológico reduz a aplicabilidade e a reprodução das intervenções em diferentes contextos (Deslandes & Campos, 2015). Para superar essas barreiras,

não basta apenas o rigor científico; é necessário maior investimento em recursos humanos e financeiros para a condução de pesquisas mais robustas.

A ausência de pesquisas sobre a VSCA no Brasil revela uma lacuna significativa na literatura, que deve ser abordada para aprimorar a representatividade e a eficácia dos programas de prevenção (Macedo et al., 2019). Embora seja evidente a necessidade de programas de prevenção baseados em evidências no contexto nacional, é essencial considerar as campanhas, projetos, programas e serviços existentes no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (Suas). Essas iniciativas governamentais podem fornecer experiências práticas de prevenção, contribuindo para a validação de um conhecimento científico mais robusto e aplicável à realidade brasileira.

Esta revisão sistemática demonstra que, embora os avanços na prevenção da VSCA sejam significativos, ainda existem desafios importantes a serem superados. As correlações entre a fundamentação teórica, a revisão da literatura e os resultados das intervenções indicam a necessidade de uma abordagem mais inclusiva, que leve em conta as particularidades culturais e regionais, além da adoção de metodologias criteriosas e atualizadas que assegurem a eficácia das intervenções em diferentes contextos sociais.

Considerações finais

A VSCA impacta o desenvolvimento das vítimas, tanto física quanto psicologicamente, e acarreta custos significativos para os cofres públicos. As consequências dessa violência são duradouras e demandam intervenções eficazes tanto na prevenção quanto na redução dos danos. Programas educacionais de prevenção se destacam como uma importante estratégia para fortalecer a capacidade de autoproteção de crianças e adolescentes, orientar adultos e profissionais sobre essa problemática, e formar um sistema robusto e interligado que atua de forma proativa contra a violência sexual.

A maioria dos estudos revisados neste trabalho apresentou qualidade metodológica adequada, contribuindo para a caracterização detalhada de metodologias e estratégias educacionais para o desenvolvimento de habilidades autoprotetivas. Foram observadas 26 categorias de objetivos educacionais relacionadas à seguinte cadeia de comportamento: reconhecer a aproximação inapropriada de um adulto, discriminar o risco e resistir a induções, reagir rapidamente para sair da situação e relatar a situação a alguém de confiança.

No entanto, algumas limitações foram identificadas, como ausência de acompanhamento longitudinal e intervenções culturalmente adaptadas. Além disso, como muitas bases de dados se tornaram eletrônicas apenas recentemente, alguns trabalhos relevantes podem ter sido excluídos. Em relação a esta revisão, destacam-se como limitações metodológicas a ausência de avaliação de risco de viés e a exclusão de literatura cinzenta, o que pode ter levado à perda de estudos relevantes. Diante disso, é recomendável que novos estudos sejam realizados, considerando descritores diferentes, outras bases de dados e novas categorias de análise.

Embora os programas preventivos tenham mostrado benefícios, é essencial considerar as características específicas da população e do contexto social para entender melhor a eficácia dessas intervenções. Nesse sentido, a ausência de estudos realizados no contexto brasileiro ou em língua portuguesa destaca a necessidade de pesquisas nacionais. Tais pesquisas seriam fundamentais para desenvolver protocolos de intervenção baseados em evidências e culturalmente adaptados para a prevenção primária da VSCA no Brasil. No geral, esta revisão pode oferecer dados importantes para a prática de profissionais envolvidos na prevenção da VSCA, como psicólogos, assistentes sociais e educadores, como também contribuir para a implementação de programas de prevenção baseados em evidências e culturalmente adaptados.

Referências

- Australian Human Rights Commission. (2018). *National principles for child safe organisations*. <https://childsafe.humanrights.gov.au/>
- Brasil. (2017). Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). *Diário Oficial da União*, seção 1. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm
- Brasil. (2021). Decreto nº 10.701, de 17 de maio de 2021. Institui o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10701.htm
- Briggs, F., & Hawkins, R. M. (1994). Follow-up data on the effectiveness of New Zealand's national school-based child protection program. *Child Abuse & Neglect*, 18(8), 635–643. [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(94\)90013-2](https://doi.org/10.1016/0145-2134(94)90013-2)
- Bustamante, G., Andrade, M. S., Mikesell, C., Cullen, C., Endara, P., Burneo, V., Yépez, P., Avila Saavedra, S., Ponce, P., & Grunauer, M. (2019). «I have the right to feel safe»: Evaluation of a school-based child sexual abuse prevention program in Ecuador. *Child Abuse & Neglect*, 91, 31–40. <https://doi.org/10.1016/j.chab.2019.02.009>
- Cırık, V., Efe, E., & Velipasaoglu, S. (2020). Educating children through their parents to prevent child sexual abuse in Turkey. *Perspectives in Psychiatric Care*, 56(3), 523–532. <https://doi.org/10.1111/ppc.12461>
- Dale, R., Shanley, D. C., Zimmer-Gembeck, M. J., Lines, K., Pickering, K., & White, C. (2016). Empowering and protecting children by enhancing knowledge, skills and well-being: A randomized trial of Learn to BE SAFE with Emmy. *Child Abuse & Neglect*, 51, 368–378. <https://doi.org/10.1016/j.chab.2015.07.016>
- Deslandes, S. F., & Campos, D. S. (2015). A ótica dos conselheiros tutelares sobre a ação da rede para a garantia da proteção integral a crianças e adolescentes em situação de violência sexual. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(7), 2173–2182. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015207.13812014>
- Fang, X., Brown, D. S., Florence, C. S., & Mercy, J. A. (2012). The economic burden of child maltreatment in the United States and implications for prevention. *Child Abuse & Neglect*, 36(2), 156–165. <https://doi.org/10.1016/j.chab.2011.10.006>
- Faraj, S. P., Siqueira, A. C., & Arpini, D. M. (2016). Rede de proteção: O olhar de profissionais do sistema de garantia de direitos. *Trends in Psychology / Temas em Psicologia*, 24(2), 727–741. <https://doi.org/10.9788/TP2016.2-18>
- Feldmann, J., Storck, C., & Pfeffer, S. (2018). ReSi: Evaluation eines Programms zur Kompetenzförderung und Prävention sexuellen Missbrauchs im Kindergarten [ReSi: Evaluation of a program for competency training and prevention of sexual abuse in kindergarten]. *Praxis der Kinderpsychologie und Kinderpsychiatrie*, 67(8), 720–735. <https://doi.org/10.13109/prkk.2018.67.8.720>
- Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2021). *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Brasil: Fórum Brasileiro de Segurança. <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-lethal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>
- Galvão, T. F., & Pereira, M. G. (2014). Revisões sistemáticas da literatura: Passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(1), 183–184. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742014000100018>
- Gaspar, R. S., & Pereira, M. U. L. (2018). Evolução da notificação de violência sexual no Brasil de 2009 a 2013. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(11), e00172617. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00172617>
- Gushwa, M., Bernier, J., & Robinson, D. (2019). Advancing child sexual abuse prevention in schools: An exploration of the effectiveness of the Enough! online training program for K-12 teachers. *Journal of Child Sexual Abuse*, 28(2), 144–159. <https://doi.org/10.1080/10538712.2018.1477000>
- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2006). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Fatores de risco e de proteção. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 439–448. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722005000300011>
- Hailes, H. P., Yu, R., Danese, A., & Fazel, S. (2019). Long-term outcomes of childhood sexual abuse: An umbrella review. *The Lancet Psychiatry*, 6(10), 830–839. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(19\)30286-X](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(19)30286-X)

- Hazzard, A., Webb, C., Kleemeier, C., Angert, L., & Pohl, J. (1991). Child sexual abuse prevention: Evaluation and one-year follow-up. *Child Abuse & Neglect*, 15(1–2), 123–138. [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(91\)90097-W](https://doi.org/10.1016/0145-2134(91)90097-W)
- Hohendorff, J. V., & Patias, N. D. (2017). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Identificação, consequências e indicações de manejo. *Barbarói*, 49, 38–54. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.voi49.9474>
- Hurtado, A., Katz, C. L., Ciro, D., Gutfreund, D., & Nosike, D. (2014). Children's knowledge of sexual abuse prevention in El Salvador. *Annals of Global Health*, 80(2), 103–107. <https://doi.org/10.1016/j.aogh.2014.04.004>
- Jin, Y., Chen, J., Jiang, Y., & Yu, B. (2017). Evaluation of a sexual abuse prevention education program for school-age children in China: A comparison of teachers and parents as instructors. *Health Education Research*, 32(4), 364–373. <https://doi.org/10.1093/her/cyx047>
- Keeping Children Safe. (2014). *Standards for child protection*. <https://www.keepingchildrensafe.global/international-child-safeguarding-standards/>
- Kenny, M. C., & Wurtele, S. K. (2010). Children's abilities to recognize a "good" person as a potential perpetrator of childhood sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 34(7), 490–495. <https://doi.org/10.1016/j.chabu.2009.11.007>
- Kenny, M. C., & Wurtele, S. K. (2012). Preventing childhood sexual abuse: An ecological approach. *Journal of Child Sexual Abuse*, 21(5), 507–522. <https://doi.org/10.1080/10538712.2012.675567>
- Kenny, M. C., Wurtele, S. K., & Alonso, L. (2012). Evaluation of a personal safety program with Latino preschoolers. *Journal of Child Sexual Abuse*, 21(4), 368–385. <https://doi.org/10.1080/10538712.2012.675426>
- Kleemeier, C., Webb, C., Hazzard, A., & Pohl, J. (1988). Child sexual abuse prevention: Evaluation of a teacher training model. *Child Abuse & Neglect*, 12(4), 555–561. [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(88\)90072-5](https://doi.org/10.1016/0145-2134(88)90072-5)
- Letourneau, E. J., Eaton, W. W., Bass, J., Berlin, F. S., & Moore, S. G. (2014). The need for a comprehensive public health approach to preventing child sexual abuse. *Public Health Reports*, 129(3), 222–228. <https://doi.org/10.1177/003335491412900303>
- Macedo, D. M., Foschiera, L. N., Bordini, T. C. P. M., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2019). Revisão sistemática de estudos sobre registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(2), 487–496. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.32492016>
- MacIntyre, D., & Carr, A. (1999). Evaluation of the effectiveness of the stay safe primary prevention programme for child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 23(12), 1307–1325. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(99\)00092-7](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(99)00092-7)
- Martin, E. K., & Silverstone, P. H. (2016). An evidence-based education program for adults about child sexual abuse (<>Prevent It!>) that significantly improves attitudes, knowledge, and behavior. *Frontiers in Psychology*, 7, 1177. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.01177>
- Martin, J., Riazi, H., Firoozai, A., & Nasiri, M. (2020). A sex education program for teachers of preschool children: A quasi-experimental study in Iran. *BMC Public Health*, 20, Article 692. <https://doi.org/10.1186/s12889-020-08854-4>
- Mathews, B., & Collin-Vézina, D. (2019). Child sexual abuse: Toward a conceptual model and definition. *Trauma, Violence, & Abuse*, 20(2), 131–148. <https://doi.org/10.1177/1524838017738726>
- Mathews, B., Pacella, R., Dunne, M. P., Simunovic, M., & Marston, C. (2020). Improving measurement of child abuse and neglect: A systematic review and analysis of national prevalence studies. *PLOS ONE*, 15(1). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0227884>
- Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2022). *Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos*. Brasil: Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>
- Ministério da Saúde. (2018). *Boletim epidemiológico*. Brasil: Secretaria de Vigilância em Saúde. <https://portal-deboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/07/2018-024.pdf>
- Ministério do Desenvolvimento Social. (2018). *Balanço Disque 100 – 2018 – Geral*. Ministério dos Direitos Humanos. https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/Disque_Direitos_Humanos.pdf/view

- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. G., & The Prisma Group. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The Prisma statement. *PLoS Medicine*, 6(7), e1000097. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>
- Moon, K. J., Park, K. M., & Sung, Y. (2017). Sexual abuse prevention mobile application (SAP_MobAPP) for primary school children in Korea. *Journal of Child Sexual Abuse*, 26(5), 573–589. <https://doi.org/10.1080/10538712.2017.1313350>
- Nickerson, A. B., Tulledge, J., Manges, M., Kesselring, S., Parks, T., Livingston, J. A., & Dudley, M. (2019). Randomized controlled trial of the Child Protection Unit: Grade and gender as moderators of CSA prevention concepts in elementary students. *Child Abuse & Neglect*, 96, 104101. <https://doi.org/10.1016/j.chab.2019.104101>
- Ouzzani, M., Hammady, H., Fedorowicz, Z., & Elmagarmid, A. (2016). Rayyan: A web and mobile app for systematic reviews. *Systematic Reviews*, 5(1), 210. <https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4>
- Pelisoli, C., & Piccolotto, L. B. (2010). Prevenção do abuso sexual infantil: Estratégias cognitivo-comportamentais na escola, na família e na comunidade. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 6(1), 33–43. <https://www.researchgate.net/publication/275273124>
- Rheingold, A. A., Zajac, K., Chapman, J. E., Patton, M., de Arellano, M., Saunders, B., & Kilpatrick, D. (2015). Child sexual abuse prevention training for childcare professionals: An independent multi-site randomized controlled trial of Stewards of Children. *Prevention Science*, 16(3), 374–385. <https://doi.org/10.1007/s11121-014-0499-6>
- Roca, E., Melgar, P., Gairal-Casadó, R., & Pulido-Rodríguez, M. A. (2020). Schools that 'open doors' to prevent child abuse in confinement by Covid-19. *Sustainability*, 12(11), 4685. <https://doi.org/10.3390/su12114685>
- Rudolph, J., Zimmer-Gembeck, M. J., Shanley, D. C., & Hawkins, R. (2017). Child sexual abuse prevention opportunities: Parenting, programs, and the reduction of risk. *Child Maltreatment*, 23(2), 96–106. <https://doi.org/10.1177/1077559517729479>
- Russell, D. H., Trew, S., Harris, L., Dickson, J., Walsh, K., Higgins, D. J., & Smith, R. (2024). Engaging parents in child-focused child sexual abuse prevention education strategies: A systematic review. *Trauma, Violence, & Abuse*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1177/15248380241235895>
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças: Fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. M. Books do Brasil.
- Santos, C. M. C., Pimenta, C. A. M., & Nobre, M. R. C. (2007). The PICO strategy for the research question construction and evidence search. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 15(3), 508–511. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000300023>
- Santos, V. A. dos, & Costa, L. F. (2011). A violência sexual contra crianças e adolescentes: Conhecer a realidade possibilita a ação protetiva. *Estudos de Psicologia*, 28(4), 529–537. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400013>
- Saul, J., & Audage, N. C. (2007). *Preventing child sexual abuse within youth-serving organizations: Getting started on policies and procedures*. National Center for Injury Prevention and Control, Division of Violence Prevention, Centers for Disease Control and Prevention. https://stacks.cdc.gov/view/cdc/7538/cdc_7538_DS1.pdf
- Sigurdson, E., Strang, M., & Doig, T. (1987). What do children know about preventing sexual assault? How can their awareness be increased? *Canadian Journal of Psychiatry*, 32(7), 551–557. <https://doi.org/10.1177/070674378703200709>
- Silva, P., Lunardi, V., Meucci, R., & Algeri, S. (2018). Protection of children and adolescents victims of violence: The views of the professionals of a specialized service. *Investigación y Educación en Enfermería*, 36(3). <https://doi.org/10.17533/udea.iee.v36n3e02>
- Stone, P. W. (2002). Popping the (PICO) question in research and evidence-based practice. *Applied Nursing Research*, 15(3), 197–198. <https://doi.org/10.1053/apnr.2002.34181>
- Tunc, G. C., Gorak, G., Ozyazicioglu, N., Ak, B., Isil, O., & Vural, P. (2018). Preventing child sexual abuse: Body safety training for young children in Turkey. *Journal of Child Sexual Abuse*, 27(4), 347–364. <https://doi.org/10.1080/10538712.2018.1477001>

- Tutty, L. M., Aubry, D., & Velasquez, L. (2019). The “Who Do You Tell?”TM child sexual abuse education program: Eight years of monitoring. *Journal of Child Sexual Abuse*, 29(1), 2–21. <https://doi.org/10.1080/10538712.2019.1663969>
- UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2021). *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-lethal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>
- Walsh, K., Zwi, K., Woolfenden, S., & Shlonsky, A. (2015). School-based education programmes for the prevention of child sexual abuse: A Cochrane systematic review and meta-analysis. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, 2015(4), CD004380. <https://doi.org/10.1002/14651858.CD004380.pub3>
- Williams, L. C. A., Padilha, M. G. S. & Brino, R. F. (2013). Programas de prevenção de abuso sexual. In: A. P. Serafim, D. M. Barros, & F. Saffi (Orgs.), *Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica* (pp. 231–248). Votor.
- Wolfe, D. A., MacPherson, T., Blount, R., & Wolfe, V. V. (1986). Evaluation of a brief intervention for educating school children in awareness of physical and sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 10(1), 85–92. [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(86\)90036-0](https://doi.org/10.1016/0145-2134(86)90036-0)
- WHO. World Health Organization. (2014). *Global status report on violence prevention*. World Health Organization. <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-NMH-NVI-14-2>
- Wurtele, S. K., Kast, L. C., & Melzer, A. M. (1992). Sexual abuse prevention education for young children: A comparison of teachers and parents as instructors. *Child Abuse & Neglect*, 16(6), 865–876. [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(92\)90088-9](https://doi.org/10.1016/0145-2134(92)90088-9)

Contribuição de cada autor na elaboração do trabalho

Patrícia de Cássia Carvalho-Campos: Planejamento da pesquisa à coleta de dados, bem como a análise e interpretação dos dados e a redação do artigo.

Elder Gomes Pereira: Suporte na análise e interpretação dos dados.

Débora Elias: Suporte na análises dos dados.

Maycoln Leôni Martins Teodoro: Orientação do planejamento do estudo, da coleta de dados, da análise e interpretação dos dados e revisão da redação do artigo.

EQUIPE EDITORIAL

Editor-chefe

Alexandre Luiz de Oliveira Serpa

Editores Associados

Alessandra Gotuzzo Seabra
Ana Alexandra Caldas Osório
Luiz Renato Rodrigues Carreiro
Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Editores de Seção

“Avaliação Psicológica”

André Luiz de Carvalho Braule Pinto
Juliana Burges Sbicigo
Natália Becker
Lisandra Borges Vieira Lima
Luiz Renato Rodrigues Carreiro

“Psicologia e Educação”

Alessandra Gotuzzo Seabra
Carlo Schmidt
Regina Basso Zanon

“Psicologia Social e Saúde das Populações”

Daniel Kveller
Fernanda Maria Munhoz Salgado
Marina Xavier Carpêna

“Psicologia Clínica”

Cândida Helena Lopes Alves
Carolina Andrea Ziebold Jorquera
Julia Garcia Durand
Vinícius Pereira de Sousa

“Desenvolvimento Humano”

Ana Alexandra Caldas Osório
Cristiane Silvestre de Paula
João Rodrigo Maciel Portes
Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Artigos de Revisão

Jessica Mayumi Maruyama

Supor te Técnico

Maria Gabriela Maglio
Davi Mendes
Mel Florez Swioklo

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação editorial

Surane Chiliani Vellenich

Estagiária Editorial

Isabelle Callegari Lopes

Revisão

Vera Ayres

Layout designer

Acqua Estúdio Gráfico